



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO-CS Nº 73, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

Convalida a Resolução-AR nº 45, de 07/12/2017, que dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Técnico em Guia de Turismo concomitante ao ensino médio, modalidade EAD, a ser ofertado no Campus João Pessoa, bem como aprovação do Plano Pedagógico do curso em tela.

O CONSELHO SUPERIOR (CS) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais com base no § 1º do Art. 10 e no *caput* do Art. 11 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no inciso I do art. 16 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, e considerando o disposto no inciso VII e XVI do Art. 17 do Estatuto já mencionado, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23325.004658.2017-80, e de acordo com as decisões tomadas na Quadragésima Reunião Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2019, **RESOLVE:**

Art. 1º - Convalidar a Resolução-AR nº 45, de 07/12/2017 que autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Guia de Turismo concomitante ao Ensino Médio, a ser ofertado pelo Campus João Pessoa, estabelecido na Avenida Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Denominação do Curso: Curso Técnico em Guia de Turismo Regional

Forma de oferta: Concomitante

Modalidade: Educação a Distância (EAD)

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Local de oferta: IFPB - Campus João Pessoa

Número de vagas: 50 vagas

Turno: Modalidade EAD

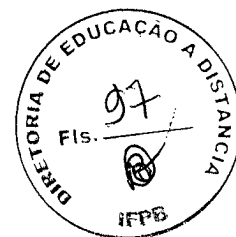
Período de Duração: Dois semestres

Carga Horária Total: 800 horas

Carga Horária de Estágio: 120 horas

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

MEDIOTEC

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PARAIBATEC
MEDIOTEC**

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO UNIFICADO

**TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO REGIONAL
(Concomitante)**

Julho – 2017

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

► REITORIA

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes | Reitor

Mary Roberta Meira Marinho | Pró-Reitora de Ensino

Degmar Francisco dos Anjos | Diretor de Educação Profissional

Maria José Aires Freire de Andrade | Diretora de Articulação Pedagógica

► CAMPUS JOÃO PESSOA

Neilor Cesar dos Santos | Diretor Geral

Washington César de Almeida Costa | Diretor de Desenvolvimento do Ensino

Maria Cleidenédia de Moraes Oliveira | Diretora de Administração

Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueirêdo | Coordenador do Curso Técnico em Guia de Turismo

► COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Marcos Vinícius Cantidiano Marques de Andrade | IFPB/*Campus* Campina Grande

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues | IFPB/*Campus* Campina Grande

Sinthya Pinheiro Costa | IFPB/*Campus* Soledade

Maria Rita de Holanda Melo Peres | IFPB/*Campus* João Pessoa

Tyago Eloy Zaidan | IFPB/*Campus* João Pessoa

Sidny Janaína Pedrosa | IFPB/*Campus* Campina Grande

► CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Rivânia de Sousa Silva | Diretora de Articulação Pedagógica

Maria do Socorro Lima Buarque | IFPB/Coordenadora Pedagógico/Campus Campina Grande

► REVISÃO FINAL

Rivânia de Sousa Silva | RE/PRE/Diretora de Articulação Pedagógica

SUMÁRIO



1 APRESENTAÇÃO	
2 CONTEXTO DO IFPB	
2.1 Dados	5
2.2 Síntese Histórica	5
2.3 Missão Institucional	10
2.4 Valores e Princípios	10
2.5 Finalidades	11
2.6 Objetivos	12
3 CONTEXTO DO CURSO	14
3.1 Dados Gerais	14
3.2 Justificativa	14
3.3 Concepção do Curso	17
3.4 Objetivos do Curso	19
3.4.1 Objetivo Geral.....	20
3.4.2 Objetivo Específicos	20
3.5 Perfil do Egresso	20
3.6 Possibilidades do campo de atuação	21
4 MARCO LEGAL	23
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
6 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS	32
7 MATRIZ CURRICULAR	40
8 REQUISITO E FORMAS DE ACESSO.....	40
9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	41
10 DIPLOMAÇÃO.....	41
11 PLANOS DE DISCIPLINA	43
Fundamentos de turismo.....	43
Linguagem e Comunicação	45
Inglês Instrumental I	47
História Regional I	49
Geografia regional aplicada ao turismo	51
Técnicas e práticas do guiamento regional I	53
Primeiros socorros	55
Legislação turística	58
Fundamentos da ecologia e responsabilidade ambiental	61
Organização de roteiros turísticos	63
Inglês Instrumental II	65
História Regional II	67
Patrimônio cultural e manifestações da cultura popular	69
Técnicas e práticas do guiamento regional II	71
Estágio Supervisionado.....	73
12 REFERÊNCIAS.....	76

1 APRESENTAÇÃO

Considerando a atual política do Ministério da Educação – MEC, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) e o Decreto nº 5.154/2004, que define a articulação como nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, assim como, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, e na resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFPB, Campus João Pessoa apresenta o seu Plano Pedagógico de Curso Técnico em Guia de Turismo, pertencente ao Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, na forma concomitante.

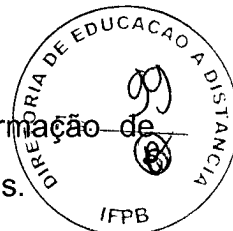
Partindo da realidade, a elaboração do referido plano primou pelo envolvimento dos profissionais, pela articulação das áreas de conhecimento e pelas orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT – 2012: Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012; Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014), na definição de um perfil de conclusão e de competências básicas, saberes e princípios norteadores que imprimam à proposta curricular, além da profissionalização, a formação unilateral dos sujeitos.

Na sua ideologia, este Plano Pedagógico se constitui instrumento teórico-metodológico que visa alicerçar e dar suporte ao enfrentamento dos desafios do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional de uma forma sistematizada, didática e participativa. Determina a trajetória a ser seguida pelo público-alvo no cenário educacional e tem a função de traçar o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso dos envolvidos no processo.

Um dos desafios desta instituição é formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da geração dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua aplicação eficaz na sociedade, em geral, e no mundo do trabalho, em particular.

Com isso, pretende-se que os resultados práticos estabelecidos neste documento culminem em uma formação globalizada e crítica para os envolvidos no processo formativo e beneficiados ao final, de forma que se exerça, com fulgor, a

cidadania e se reconheça a educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas.



Sendo assim, este Plano Pedagógico de Curso, se configura como instrumento de ação política balizado pelos benefícios da educação de qualidade, tendo a pretensão de direcionar o cidadão educando ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas no âmbito da Instituição e profissionais, após ela, pautando-se na competência, na habilidade e na cooperação.

Assim, com a criação do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional no Município de João Pessoa, o IFPB consolida a sua vocação de instituição formadora de profissionais cidadãos capazes de lidarem com o avanço da ciência e da tecnologia e dele participarem de forma proativa configurando condição de vetor de desenvolvimento tecnológico e de crescimento humano.

2 CONTEXTO DO IFPB

2.1. DADOS

CNPJ:	10.783.898/0002-56			
Razão Social:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA			
Unidade:	Campus João Pessoa			
Esfera Adm.:	Público Federal			
Endereço:	Av. 1º de maio, 720 – Jaguaribe			
Cidade:	João Pessoa – PB	CEP:	58015-435	UF PB
Fone:	(83) 3612-1200			
E-mail:				
Site:	http://www.ifpb.edu.br/joaopessoa			

2.2. SÍNTESE HISTÓRICA

O atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1909 a 1937), Liceu Industrial de João Pessoa (1937 a 1961), Escola Industrial

“Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba (1961 a 1967), Escola Técnica Federal da Paraíba (1967 a 1999), Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (1999 a 2008) e, a partir de 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Criado no ano de 1909, através de decreto presidencial de Nilo Peçanha, o seu perfil atendia a uma determinação contextual que vingava à época. Como primeira denominação, a Escola de Aprendizes Artífices foi concebida para prover de mão de obra o modesto parque industrial brasileiro que estava em fase de instalação.

Àquela época, a Escola atendia aos chamados “desvalidos da sorte”, pessoas desfavorecidas e até indigentes, que provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos das fazendas, que migravam para os centros urbanos. Tal fluxo migratório era mais um desdobramento social gerado pela abolição da escravatura, ocorrida em 1888, que desencadeava sérios problemas de urbanização.

O IFPB, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir dos anos 30.

A Escola da Paraíba, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, inicialmente funcionou no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, depois se transferiu para o Edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960 e, finalmente, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, Capital.

Ainda como Escola Técnica Federal da Paraíba, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras - UNED.

Enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão em suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Educação Profissional (NEP), que funciona à Rua das Trincheiras.



Em 2007, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba vivenciou a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Desde então, em consonância com a linha programática e princípios doutrinários consagrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas dela decorrentes, esta instituição oferece às sociedades paraibana e brasileira cursos técnicos de nível médio (integrado e concomitante) e cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o CEFET passou à condição de IFPB, como uma Instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, a Instituição desenvolve um amplo trabalho de oferta de cursos extraordinários, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas de qualificação, profissionalização e re-profissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. Dessa forma, em obediência ao que prescreve a Lei, o IFPB tem desenvolvido estudos que visam oferecer programas para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública.

Para ampliar suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações na modalidade de Educação a Distância (EAD), investindo com eficácia na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases à oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto implantou mais cinco *Campi*, no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas polos de desenvolvimento regional, como Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo.

Dessa forma, o Instituto Federal da Paraíba contempla ações educacionais em João Pessoa e Cabedelo (Litoral), Campina Grande (Brejo e Agreste), Picuí (Seridó Oriental e Curimataú Ocidental), Monteiro (Cariri), Patos, Cajazeiras, Sousa e Princesa Isabel (Sertão), conforme Figura 1.

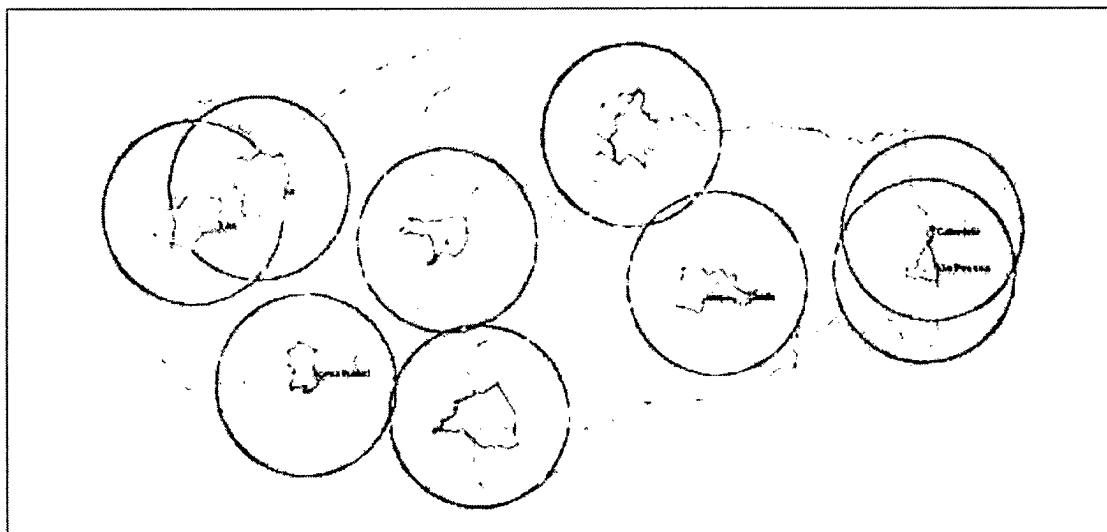


Figura 1. Localização geográfica dos *campi* do IFPB no Estado da Paraíba.

As novas unidades educacionais levam a essas cidades e adjacências Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, proporcionando-lhes crescimento pessoal e formação profissional, oportunizando o desenvolvimento socioeconômico regional, resultando em melhor qualidade de vida à população beneficiada. A diversidade de cursos ofertada pela Instituição se alicerça na sua experiência e tradição na Educação Profissional.

O Instituto Federal da Paraíba, considerando as definições decorrentes da Lei no. 11.892/2009, observando o contexto das mudanças estruturais ocorridas na sociedade e na educação brasileira, adota um Projeto Acadêmico baseado na sua responsabilidade social advinda da referida Lei, a partir da construção de um projeto pedagógico flexível, em consonância com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando produzir e reproduzir os conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, de modo a proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Saúde e Meio Ambiente, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Turismo,

Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação e Segurança.

Nessa perspectiva, a organização do ensino no Instituto Federal da Paraíba oferece aos seus alunos oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. Ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social, o IFPB atua em Programas tais como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**PRONATEC**), que foi implantado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e o “**Programa Mulheres Mil**” que foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Segundo a “Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012” que traz o “Documento de referência para apresentação e seleção de projetos”, o Programa Mulheres Mil visa à aplicação de uma metodologia de trabalho “desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho”. A oferta, propiciando o prosseguimento de estudos através do Ensino Técnico de Nível Médio, do Ensino Tecnológico de Nível Superior, das Licenciaturas, dos Bacharelados e dos estudos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Além de desempenhar o seu próprio papel na qualificação e requalificação de recursos humanos, o IFPB atua no suporte tecnológico às diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, bem como no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas, gradativamente, vem se consolidando no contexto macrorregional delimitado pelos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O Instituto Federal da Paraíba, em sintonia com o mercado de trabalho e com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, traça as estratégias para a implantação de 06 (seis) novos *campi* nas cidades de Guarabira, Itaporanga, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, contemplados no Plano de Expansão III. Assim, junto aos *campi* já existentes, promovem a interiorização da educação no território paraibano (Figura 2).



Figura 2. Municípios paraibanos contemplados com o Plano de Expansão III do IFPB.

O IFPB tem ampliado a expansão em todo o território paraibano. Inclusive, projetado e sinalizado a abertura de novos *Campi*. Hoje, além dos *Campi* consolidados que já existem distribuídos em todo o estado, localizando-se nas cidades de Cajazeiras, Campina Grande, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Sousa e Cabedelo. Estão em fase de Implantação o *Campus* de Esperança, o *Campus* de Itaporanga, o *Campus* de Itabaiana, o *Campus* de Santa Rita, o Centro de Referência de Santa Luzia, o *Campus* Avançado de Areia, o *Campus* Avançado de Mangabeira – João Pessoa, o *Campus* Avançado de Soledade, o *Campus* Avançado de Pedras de Fogo, o *Campus* Avançado de Catolé do Rocha e o *Campus* Avançado de Cabedelo Centro.

2.3. MISSÃO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, (2015-2019) estabelece como missão dos *campi* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

2.4. VALORES E PRINCÍPIOS

No exercício da Gestão, o *Campus* João Pessoa tem como referência os seguintes princípios, o que não se dissocia do que preceitua a Instituição:

- a) Compromisso: agimos em busca do bem estar social, com responsabilidade e respeito nas relações institucionais.
- b) Ética: adotamos um padrão de conduta pautado no compromisso moral com o usuário, os colegas de trabalho, a instituição e a sociedade.
- c) Gestão participativa: promovemos a participação efetiva da comunidade nas decisões institucionais.
- d) Inclusão social: buscamos a inclusão, socialização e promoção do acesso à comunidade acadêmica nas ações de ensino, pesquisa e extensão e em todos os espaços da instituição.

- e) Inovação: promovemos iniciativas institucionais diferenciadas para aprimorar os processos de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Sustentabilidade: nosso compromisso é com a utilização racional de recursos naturais, preservação ambiental e respeito à diversidade.
- g) Transparência: buscamos a celeridade no atendimento e na divulgação de ações acadêmicas e administrativas para a comunidade.

2.5. FINALIDADES

Segundo a Lei 11.892/08, o IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal da Paraíba atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e criativo;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino

de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;

X. Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e Internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

2.6. OBJETIVOS

Observadas suas finalidades e características, são objetivos do Instituto Federal da Paraíba:

I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ambientais;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrando em nível de educação superior:

- a. cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática e da educação profissional;
- c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3 CONTEXTO DO CURSO

3.1. DADOS GERAIS

Denominação	Curso Técnico em Guia de Turismo Regional
Forma	Concomitante
Eixo Tecnológico	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Duração	Dois semestres
Instituição	IFPB – <i>Campus</i> João Pessoa
Carga Horária Total	800 horas
Estágio	120 horas
Turno de Funcionamento	Modalidade EAD
Vagas Anuais	50

3.2. JUSTIFICATIVA

O turismo se consolida como uma das mais importantes atividades com as quais está envolvido o homem na atualidade, seja de forma profissional, seja como o próprio turista. A dinâmica do mundo moderno determina padrões de comportamentos complexos e a necessidade de viajar está implícita neles. Este elemento comportamental cria espaço para atividades econômicas que se dediquem à organização de produtos e serviços que proporcionem a este mesmo homem a oportunidade de atender esta sua necessidade de forma ainda mais

prazerosa.

Suas perspectivas seduzem toda sorte de interesses e visões, transformando-o em elemento central na preocupação de governos e gestores, cientistas e estudiosos, indivíduo e comunidade. Para orientar de forma mais efetiva a combinação dessas forças, o Instituto Federal da Paraíba tem por obrigação chamar para si a definição da pauta dessa articulação, considerando sua condição de referência como facilitadora de espaços axiologicamente isentos para a reflexão sobre o tema; fomentadora da discussão de seus mecanismos; patrocinadora da investigação de seus aspectos determinantes; e instituição capacitada para articular o conhecimento multidisciplinar fundamental quando se trata de turismo.

Como já foi destacado, o interesse pelo Turismo é progressivo, considerando o volume de recursos públicos e privados aplicados no setor nos últimos anos, com a implantação de infraestrutura, hotéis, restaurantes e diferentes empreendimentos de lazer.

Entretanto, a rapidez do crescimento não tem vindo acompanhada desta necessária reflexão acerca das bases de seu desenvolvimento e, ainda menos, orientada por uma clara missão.

Mesmo quando esta reflexão esteja identificada e uma missão definida, a dinâmica própria da sua evolução natural, determinada por mudanças tanto do comportamento humano quanto da estrutura e formato de organização social, exige o constante acompanhamento e estudo dos temas pertinentes ao assunto. Assim, a forma mais efetiva de participação do Instituto neste processo é, por um lado, através da educação e qualificação das pessoas, capacitando-as para pensar o turismo em sua complexidade e importância, e habilitando-as para a ação repercussiva. E, por outro lado, através da articulação e integração entre os distintos segmentos que o compõem.

O reconhecimento das viagens de turismo como uma necessidade humana, derivada de motivos que vão desde os notadamente involuntários até os absolutamente eletivos, e a expansão meteórica de suas atividades, impulsionam a demanda por conhecimento sobre seu alcance, importância, mecanismos de funcionamento, potencialidades, expectativas, bases de desenvolvimento, entre tantos outros assuntos envolvidos com esta alternativa de ócio e lazer humano.

O turismo, neste contexto, é tido como importante alternativa para o desenvolvimento de muitas localidades. No entanto, o turismo não pode ser visto

como única e indiscriminada solução para os problemas de estruturação social. Ele deve ser pensado como alternativa ao desenvolvimento a partir de análises estruturais e comportamentais profundas, que resultem em indicadores multidimensionais de seus impactos.

O turismo já é uma atividade econômica importante no Nordeste, a região lidera a relação consumo turístico/PIB entre as macrorregiões brasileiras, com 9,8%. Os dados estão no Estudo da Demanda Turística Doméstica no Brasil 2012, encomendado pelo Ministério do Turismo à Fipe. Entretanto, a atividade ainda apresenta enorme potencial de crescimento; basta verificar que, em termos mundiais, o turismo responde por 10% do PIB, enquanto que no Nordeste apresenta uma média de 3,5% do PIB. Na sequência as tabelas corroboram com a confirmação do crescente estatístico na região Nordeste, nas capitais e estados.

Fluxo Turístico nas Capitais do Nordeste - 2002/11

Capitais	Fluxo Turístico nas Capitais do NE (mil)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
NORDESTE	9.398	9.382	10.050	10.911	11.465	11.826	12.052	12.984	14.221	15.137
Salvador (BA)**	2.064	2.193	2.281	2.372	2.490	2.616	2.620	2.848	2.990	3.140
Recife (PE)	1.966	1.984	2.009	2.095	2.083	2.128	2.214	2.297	2.479	2.648
Fortaleza (CE)	1.629	1.551	1.784	1.969	2.062	2.079	2.178	2.467	2.692	2.848
Natal (RN)	1.000	1.007	1.202	1.356	1.373	1.351	1.391	1.476	1.650	1.707
Maceió (AL)*	890	1.013	952	1.101	1.068	1.014	1.018	1.096	1.248	1.297
São Luis (MA)*	494	455	599	663	881	984	959	1.013	1.145	1.313
Aracaju (SE)*	309	318	283	323	392	431	422	443	510	549
João Pessoa (PB)	643	538	668	712	764	802	837	893	955	990
Teresina (PI)*	403	323	272	320	352	421	413	451	552	645

Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados do Nordeste e PDITS.

Obs: (*) Dados estimados (**) 2006 a 2009 preliminares

Fluxo Turístico nos Estados do Nordeste - 2002/11

Estados	Fluxo Turístico nos Estados do NE (mil)									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
NORDESTE	15.932	15.883	17.096	18.599	19.572	20.109	20.485	22.069	24.069	25.702
Bahia **	4.428	4.709	4.897	5.093	5.348	5.493	5.502	5.980	6.279	6.593
Pernambuco	3.277	3.313	3.352	3.498	3.530	3.643	3.776	3.945	4.258	4.558
Ceará	2.685	2.396	2.806	3.150	3.299	3.368	3.528	3.997	4.361	4.614
Rio Grande Norte	1.424	1.452	1.783	2.082	2.187	2.180	2.201	2.327	2.575	2.754
Alagoas*	1.334	1.519	1.428	1.651	1.603	1.521	1.527	1.644	1.872	1.946
Maranhão*	790	728	958	1.061	1.410	1.536	1.497	1.581	1.787	2.049
Sergipe*	464	509	487	534	536	586	600	602	694	747
Paraíba	909	759	949	1.018	1.096	1.151	1.194	1.271	1.360	1.409
Piauí*	621	498	435	512	563	631	661	722	883	1.032

Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados do Nordeste e PDITS.

Obs: (*) Dados estimados (**) 2006 a 2009 preliminares

Uma expansão do turismo receptivo do Nordeste em direção aos níveis

internacionais mencionados, dependerá, entretanto, de enorme esforço de melhoria da infraestrutura, o que envolve a capacitação de pessoas para gerir um setor não só mais importante, mas também mais sofisticado e competitivo.

Para fomentar esta perspectiva e atender a respectiva demanda por conhecimento, cabe às instituições de ensino e pesquisa propor mecanismos de articulação entre a informação e a ação, entre método e práxis, entre conhecimento e efetividade, o que representa responder às demandas, identificar problemas, buscar alternativas e propor soluções.

Diante da importância que assume o fenômeno também em nosso contexto mais próximo e pelos intrincados interesses que envolvem suas atividades, O Instituto, considerando sua capacidade e condições, deve liderar este fórum, trazendo para si a responsabilidade de orientar, consultar e monitorar o desenvolvimento do turismo nesta região e, nada mais legítimo que fazê-lo através da oferta de um Curso Técnico em Guia de Turismo Regional, concomitante ao ensino médio.

Assim, o Curso Técnico em Guia de Turismo Regional, do Instituto Federal da Paraíba, espera atender a necessidade de compreensão pelo desenvolvimento de estudos dos fenômenos que caracterizam suas atividades inerentes, considerando as reconhecidas potencialidades da região e da conseqüente demanda por conhecimento de sua dinâmica e amplitude, seja em nível local, regional, nacional ou internacional.

3.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Guia de Turismo está orientado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT, 2016 – Resolução CNE/CEB nº 01/2014), e se insere no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, na forma concomitante, estando balizado pelo Decreto nº 946/93, pela portaria nº 27/2014, pela Deliberação Normativa nº 426/2001, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo, e ainda pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012 de 09 de maio de 2012 e a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de Setembro de 2012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela LDB (Lei nº 9.394/96) alterada pela Lei nº 11.741/2008, ainda pela lei nº 8.623/93, e demais legislações educacionais específicas e ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e regulamentos internos do IFPB.



A concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia é o princípio que sintetiza todo o processo formativo por meio de estratégias pedagógicas apropriadas e recursos tecnológicos articulados de forma a oferecer um curso técnico com o mesmo nível de qualidade daqueles ofertados na forma integrada.

O **trabalho** é conceituado, na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência. Essa dimensão do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

A **ciência** é um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. Se expressa na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade. Os conhecimentos das disciplinas científicas, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Entende-se **cultura** como o resultado do esforço coletivo tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A **tecnologia** pode ser entendida como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada desde sua origem pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. O desenvolvimento da tecnologia visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência moderna, pode-se definir a tecnologia, então, como mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).

Compreender o **trabalho como princípio educativo** é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos assim, equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela

se apropria e pode transformá-la e, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Considerar a **pesquisa como princípio pedagógico** instigará o educando no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gerando inquietude, na perspectiva de que possa ser protagonista na busca de informações e de saberes.

O currículo do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional está fundamentado nos pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional/cidadão que, inserido no contexto de uma sociedade em constante transformação, atenda às necessidades do mundo do trabalho com ética, responsabilidade e compromisso social.

O currículo, na forma integrada, preconiza a articulação entre educação geral e formação profissional, com planejamento e desenvolvimento de Plano Pedagógico construído coletivamente, que remete a elaboração de uma matriz curricular integrada, consolidando uma perspectiva educacional que assegure o diálogo permanente entre saber geral e profissional e que o discente tenha acesso ao conhecimento das inter-relações existentes entre o trabalho, cultura, a ciência e a tecnologia, que são os eixos norteadores para o alcance de uma formação humana integral.

Dentre os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, conforme Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de Setembro de 2012, destacamos:

Relação e articulação entre a formação geral desenvolvida no ensino médio na preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

Integração entre educação e trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;

Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos de aprendizagem;

Integração de conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva da articulação entre saberes específicos, tendo trabalho e pesquisa, respectivamente, como princípios educativo e pedagógico;

Identidades dos perfis profissionais de conclusão de curso que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

Reconhecimento das diversidades dos sujeitos, inclusive de suas realidades étnico-culturais, como a dos negros, quilombolas, povos indígenas e populações do campo;

Atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados com base em ampla e confiável base de dados.

3.4.OBJETIVOS DO CURSO

3.4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais técnicos de nível médio qualificados para atuarem no setor de guia de turismo em nível regional, com reconhecida competência científica, tecnológica e humanística para o exercício da profissão de Guia de Turismo Regional, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da autonomia, reconhecimento da responsabilidade com o meio ambiente, capazes de responder as exigências não só do mundo do trabalho, mas enquanto cidadão consciente, crítico e ativo na sociedade.

3.4.2 Objetivos Específicos

Oferecer aos alunos oportunidades para construção de competências profissionais, na perspectiva do mundo da produção e do trabalho, bem como do sistema educativo;

Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia;

Oportunizar aos estudantes, a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas;

Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores necessários ao profissional cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros;

Capacitar os alunos para atuarem na condução de pessoas e/ou grupos nos diversos campos de atuação, que envolvam o turismo;

Desenvolver o conhecimento da responsabilidade ética e social, capazes de valorizar o patrimônio natural, cultura, histórico e artístico;

Formar profissionais com competência para orientar turistas sobre roteiros, visitas e itinerários; conduzir grupos em passeios, traslados, respeitando as normas de conduta ética e a legislação; informar sobre os pontos e aspectos históricos, socioculturais, ambientais, dos locais a serem visitados.

3.5. PERFIL DO EGRESSO

Profissional com sólida formação humanística e tecnológica, capaz de analisar criticamente os fundamentos da formação social e de se reconhecer como agente de transformação do processo histórico, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sociopolítico-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando princípios éticos e valores artísticos culturais, para o pleno exercício da cidadania, com competência para compreender tecnologias relacionadas à área de Guia de Turismo Regional em geral.

Busca-se, portanto, estimular a formação de egressos que estejam aptos para as seguintes atividades:

- * Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação;
- * Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista;
- * Apresentar ao visitante, opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebê-los considerando as expectativas ou necessidades do visitante;
- * Utilizar instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural.

3.6. POSSIBILIDADES DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Consoante ao CNCT 2016 e a Resolução CNE/CEB nº1, de 5 de dezembro de 2014, os egressos do Curso Técnico em Guia de Turismo Regional poderão atuar em agências de viagem e operadoras de turismo. Organismos turísticos. De forma autônoma. Os alunos egressos do referido curso poderão optar pela atuação como Guia Regional, conforme legislação específica do órgão que regulamenta as atividades profissionais de Turismo no Brasil.

A lei 8.623 de 1993 descreve em seu artigo 2º as principais atribuições dos guias de Turismo: Constituem atribuições do Guia de Turismo: a) acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais; b) acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil; c) promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; c) ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal; d) ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo; e) portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pela Embratur.

O pedido de cadastramento como Guia de Turismo Regional deverá ser apresentado pelo profissional interessado, observadas as disposições do decreto 946, de 1 de outubro de 1993, no órgão ou entidade delegada da Embratur na unidade da federação em que:

I - O Guia de Turismo vá prestar serviços, caso pretenda o cadastramento nas classes de Guia Regional e/ou especializado em atrativos turísticos;

II - O Guia de Turismo esteja residindo, caso pretenda o cadastramento nas classes de Guia de Excursão Nacional e/ou Internacional.

Conforme a especialidade de sua formação profissional e das atividades desempenhadas, comprovadas perante a Embratur os guias de turismo serão cadastrados em uma ou mais das seguintes classes:

I - guia regional - quando suas atividades compreenderem a recepção o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da

federação para visita a seus atrativos turísticos;

II - guia de excursão nacional - quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

III - guia de excursão internacional - quando realizarem as atividades referidas para os demais países do mundo;

IV - guia especializado em atrativo turístico - quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica.

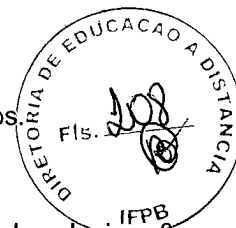
4 MARCO LEGAL

A Lei nº 9.394/1996 instituiu a LDBEN e define que a educação profissional e tecnológica (EPT) seja integrada em diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

De acordo com o parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº11/2012, a LDBEN situou a educação profissional “na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho consagrados no Art. 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade”.

O Decreto nº 5.154/2004 apresenta três formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio: integrada, concomitante e subsequente. A forma concomitante será oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou que esteja cursando o ensino médio, em que a complementariedade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, pressupõem a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o



Significativas alterações na LDBEN foram promovidas pela Lei nº 11.741/2008, que incorporou os dispositivos essenciais do Decreto nº 5.154/2004, ao qual se sobrepôs, inserindo-os no marco regulatório da Educação Nacional. Essas alterações ocorreram no Título V da LDBEN. Assim, além da seção IV do Capítulo II, que trata “do Ensino Médio”, foi acrescentada a Seção IV-A, que trata “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, com a inserção de quatro novos artigos: 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Na Seção V, que trata “da Educação de Jovens e Adultos”, foi acrescentado o § 3º no Art. 37, “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.”. Finalmente, foi alterada a denominação do Capítulo III do Título V, para tratar “da Educação Profissional e Tecnológica”, bem como foi alterada a redação dos dispositivos legais constantes dos Arts. 39 a 42 da LDBEN” (Parecer CNE/CEB nº 11/2012).

Recentemente, novas alterações foram incorporadas na LDBEN por meio da Lei nº 13.415/2017, reorganizando, principalmente, o currículo do ensino médio, que passa a ser composto por conteúdos comuns e por área de conhecimento, incluindo a formação técnica e profissional como um dos cinco itinerários formativos.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional. (grifo nosso)

Ainda no Art. 36 foram incluídos os parágrafos de 7 a 10, que possibilita a oferta de formações experimentais, que permite que a oferta da formação técnica e profissional seja realizada na própria instituição de ensino médio ou em parceria com outras instituições de ensino, que valida esse itinerário formativo para prosseguimento de estudo e que inclui a organização curricular em módulos com terminalidade específica como forma de organização curricular para o ensino médio.

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá,

para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 8ºA oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10º Além das formas de organização previstas no Art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

Além disso, especificamente com relação a modalidade de educação a distância, o § 11º do Art 36 possibilita o reconhecimento de competência no ensino médio e a parceria com instituições de ensino que ofertem cursos na modalidade de educação a distância ou de educação presencial mediada por tecnologias.

§ 11º. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

- I demonstração prática;
- II experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;
- III atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;
- IV cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais
- V estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;
- VI cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

O Art. 80º da LDBEN que trata da normatização Educação a Distância foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622/2005.



Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

O citado Decreto define no seu Art. 1º a Educação a Distância como modalidade educacional:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

E o Art. 2º possibilita a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de educação a distância, quando estabelece:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

[...]

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) técnicos, de nível médio; e
- b) tecnológicos, de nível superior;

[...]

Em 2012, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamentada pelo Parecer CNE/CEB nº11/2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Esta Resolução propõe um “conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos”.

O Art. 8 desta resolução estabelece que os cursos técnicos de nível médio, oferecidos tanto na forma articulada integrada quanto na forma articulada concomitante, requerem projetos pedagógicos unificados, visando atender, simultaneamente, “aos objetivos da Educação Básica e, especificamente, do Ensino Médio e também da Educação Profissional e Tecnológica”:

Art. 8 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio podem ser desenvolvidos nas formas articulada integrada na mesma instituição de ensino, ou articulada concomitante em instituições de ensino distintas, mas com projeto pedagógico unificado, mediante convênios ou acordos de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento desse projeto pedagógico unificado na forma integrada.

Ainda em consonância com o Art. 8 citado acima, o Art. 41 da Portaria MEC nº 817/2015 estabelece que os projetos pedagógicos dos cursos técnicos concomitantes sejam elaborados em parceria com as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação.

Art. 41. Para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos concomitantes, deverá ser estabelecido processo de discussão e articulação entre as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação e os parceiros ofertantes.

Além disso, o § 2º desse mesmo artigo enfatiza que, esses cursos deverão observar as diretrizes e normas vigentes estabelecidas para a modalidade educacional que se propuser ofertar:

§ 2º Estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e **Educação a Distância**. (grifo nosso)

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014 pela Lei nº 13.005, que trata das diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para o decênio 2014- 2024, estabeleceu a Meta 11A visando triplicar o número de 1.602.942 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, computadas no Censo da Educação Básica de 2014, para alcançar em dez anos, o total de 4.808.838 matrículas.

De acordo com o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014+ 2016, o dimensionamento dessa meta requer considerar o processo de

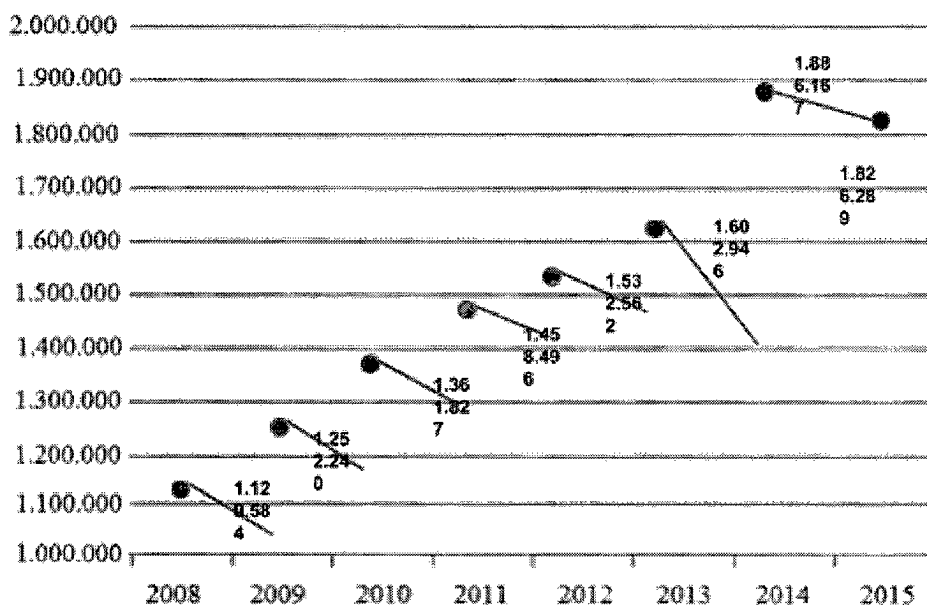
expansão do setor no intervalo entre 2008-2015, conforme o gráfico 1:

Gráfico 1- Matrículas em educação profissional técnica de nível médio
– Brasil 2008-2015

Elaborado pela Direção/Inep com Base no Censo da Educação Básica



Entre 2016-2024, de acordo com este primeiro ciclo de monitoramento,



considerando-se a quantidade de matrículas observadas em 2015, o desafio será criar 2.982.549 novas matrículas em EPT de nível médio, acréscimo de 163,3% em relação ao observado em 2015. O relatório de monitoramento do PNE também considera a expansão em perspectiva regional, comparada por localização rural e urbana, por dependência administrativa quanto à rede privada e às redes estaduais/distrital, a desagregação por sexo e por faixa etária.

Nesse cenário, sendo responsável pela indução de políticas educacionais da Educação Profissional, o Ministério da Educação reforça a implementação do MedioTec EaD. Seu propósito é a de oferta da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação a Distância articulado, de forma concomitante, destinada aos alunos que estejam cursando o Ensino Médio presencial regular, conforme estabelecido no Art. 36-C, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância articulada, previstas no inciso I do *caput* do art. 36-B e no art. 80 desta Lei e nos objetivos do artigo 1º da Lei nº 12.513/2011 que institui o Pronatec.

Art. 1º. É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

O MedioTec EaD é uma ação do Pronatec que ocorre paralelamente a reforma

do ensino médio e que tem, entre seus propósitos, a formação técnica e profissional como mais uma alternativa para o jovem. Até pouco tempo atrás, se o jovem quisesse cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisaria cursar 2400 horas do ensino médio regular e mais 800 ou 1200 horas do técnico. O Ensino Médio atual permite que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular desde que ele continue cursando português e matemática até o final. E, no fim dos três anos, ele terá um certificado do ensino médio e um diploma do curso técnico.

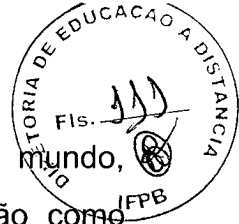
O MedioTec EaD é destinado aos alunos regularmente matriculados no ensino médio das Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação, socialmente vulneráveis, de maneira a promover-lhes uma formação técnica na modalidade de educação a distância concomitante à formação regular, ampliando suas chances de inserção profissional quando da conclusão da etapa regular de sua educação básica. Para o alcance dos objetivos desta iniciativa, as ofertas no âmbito do MedioTec EaD devem observar intrinsecamente o disposto neste Documento de Referência.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

“O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas” (Resolução CNE/CEB n.06/2012).

O currículo é ainda entendido como a seleção dos conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes em um dado contexto histórico, e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula; se expressa por meio de uma proposta pela qual se explicitam as intenções da formação, e se concretiza por meio das práticas escolares realizadas com vistas a dar materialidade a essa proposta.

A matriz curricular do curso busca a interação pedagógica no sentido de compreender como o processo produtivo (prática) está intrinsecamente vinculado aos fundamentos científico-tecnológicos (teoria), propiciando ao educando uma



formação plena, que possibilite o aprimoramento da sua leitura do mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão de direitos.

A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica, por eixo tecnológico, fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos. (Parecer CNE/CEB nº 11/2012, p. 13).

O Curso Técnico em Guia de Turismo Regional está estruturado em regime semestral, no período de dois semestres letivos, modalidade de Educação a Distância, com 15 componentes curriculares, totalizando 800 horas, com 120 horas destinadas ao estágio supervisionado. Atividades presenciais de até 20% do curso, sendo garantido o suporte tecnológico e o atendimento por docentes e tutores, respeitando o que prevê a Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012 quando define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em observância ao CNCT, a organização curricular dos cursos técnicos deve “abordar estudos sobre ética, educação ambiental, normas técnicas e de segurança, historicidade, empreendedorismo, redação técnica, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade”.

Considerando que a atualização do currículo consiste em elemento fundamental para a manutenção da oferta do curso ajustado às demandas do mundo do trabalho e da sociedade, os componentes curriculares, inclusive as referências bibliográficas, deverão ser periodicamente revisados pelos docentes e assessorados pelas equipes pedagógicas, resguardado o perfil profissional de conclusão.

A solicitação para alteração no currículo (reformulação curricular), decorrente da revisão da matriz curricular, deverá ser protocolada à DAPE/PRE e devidamente instruída com os seguintes documentos:

- Portaria da comissão e reformulação da matriz curricular do curso;
- Ata da reunião, realizada pela coordenação do Curso, com a assinatura dos docentes (da área técnica) e do pedagogo que compuserem a comissão de revisão curricular do curso;
- Justificativa da necessidade de alteração (reformulação);
- Cópia da matriz curricular vigente;
- Cópia da matriz curricular sugerida;
- Parecer Pedagógico do campus;
- Resolução do Conselho Diretor do Campus, recomendando o envio de

mudança de matriz curricular e duração do curso ao Conselho Superior do IFPB.

Realizada a análise do PPC por parte da DAPE/PRE, o processo será encaminhado para apreciação e emissão de Parecer do CEPE, posteriormente deverá ser enviado à PRE, que remeterá a solicitação de reformulação curricular ao Conselho Superior para homologação.

Em se tratando de classificação, em conformidade com o decreto 946 de 1993, que estabelece as classes de Guia de Turismo, que são especificadas de acordo com a especialidade da formação profissional e das atividades desempenhadas, comprovadas perante a EMBRATUR, existindo então quatro classes: guia regional; guia de excursão nacional; guia de excursão internacional; e, guia especializado em atrativos turísticos.

Assim, guia regional tem sua atividade voltada para recepcionar o traslado, acompanhar e prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos.

O guia de excursão nacional tem sua atuação concentrada no acompanhamento e assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso de excursões em nível nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.

Já o guia de excursão internacional tem por atividade primordial acompanhar pessoas ou grupos em viagens ao exterior.

Por fim, o guia especializado em atrativo turístico desenvolve a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica. Este guia, além do curso técnico em guia de turismo regional, precisa de um curso de especialização. Por exemplo: a visitação ao Eco Parque de Una-Bahia requer um Guia Especializado em Atrativo Natural que saiba das peculiaridades do local, conheça questões relacionadas à educação ambiental, primeiros socorros, dentre outras disciplinas. Assim a realização de práticas como trilhas e arvorismo torna-se seguras, quando acompanhadas de um Guia de Turismo especializado no atrativo natural.

Deste modo, o referido PPC se vincula a formação de guia regional, não tendo a intenção de formar guias nacionais, internacionais, nem especializados. Se



observarmos a matriz curricular que apresentamos neste projeto, ela postula e se enquadra nas diretrizes de formação de Guia Regional, visto que, o primeiro e segundo semestres se voltam totalmente para a formação do Guia Regional. Ao final do curso, o aluno deverá se cadastrar na Embratur, mas deve cumprir todo o itinerário de formação prevista neste PPC.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, essa proposta levou em consideração as decisões institucionais traduzidas nos objetivos, princípios e concepções descritos no referido documento que estabelece que a organização curricular dos cursos técnicos do IFPB, além de atender às demandas da sociedade, e estar em harmonia com seus objetivos e finalidades, deve articular o mundo acadêmico com o mundo do trabalho e da produção.

6 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS

Partindo do princípio de que a educação não é algo a ser transmitido, mas a ser construída, a metodologia de ensino adotada se apoiará em um processo crítico de construção do conhecimento, a partir de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, baseada em pressupostos pedagógicos definidos pelas instituições parceiras do programa.

Para viabilizar aos educandos o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas e instrumentais, serão adotadas, como prática metodológica, formas ativas de ensino-aprendizagem, baseadas em interação pessoal e do grupo, sendo função do professor criar condições para a integração dos alunos a fim de que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção do saber.

Segundo Freire (1998, p. 77):

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo, ensina [...]; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais, implica, em função de seu caráter diretivo/objetivo, sonhos, utopia, ideais [...].

6.1 A prática educativa também deve ser entendida como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos, contribuindo para que o aluno seja o artífice de sua formação com a ajuda necessária do professor.

6.2 A natureza da prática pedagógica é a indagação, a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito, a tomada consciente de decisões, o estar aberto às novidades, aos diferentes métodos de trabalho. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática porque envolve o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

6.3 A partir da experiência e da reflexão desta prática, do ensino contextualizado, cria-se possibilidade para a produção e/ou construção do conhecimento, desenvolvem-se instrumentos, esquemas ou posturas mentais que podem facilitar a aquisição de competências. Isso significa que na prática educativa deve-se procurar, através dos conteúdos e dos métodos, o respeito aos interesses dos discentes e da comunidade onde vivem e constroem suas experiências.

6.4 Os programas devem ser planejados valorizando os referidos interesses, o aspecto cognitivo e o afetivo. Nessa prática, os conteúdos devem possibilitar aos alunos meios para uma aproximação de novos conhecimentos, experiências e vivências. Uma educação que seja o fio condutor, o problema, a ideia-chave que possibilite aos alunos estabelecer correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida.

6.5 Em relação à prática pedagógica, Pena (1999, p.80) consideram que o mais importante é que o professor, consciente de seus objetivos e dos fundamentos de sua prática (...) assuma os riscos – a dificuldade e a insegurança - de construir o seu objeto. Faz-se necessário aos professores reconhecer a pluralidade, a diversidade de abordagens, abrindo possibilidades de interação com os diversos contextos culturais. Assim, o corpo docente será constantemente incentivado a utilizar metodologias e instrumentos criativos e estimuladores para que a inter-relação entre teoria e prática ocorra de modo eficiente. Isto será orientado através da execução de ações que promovam desafios, problemas e projetos disciplinares e interdisciplinares orientados pelos professores. Para tanto, as estratégias de ensino propostas apresentam diferentes práticas:

6.6 Utilização de aulas práticas, na qual os alunos poderão estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e as aulas práticas;

6.7 Pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;

6.8 Discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas: individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas;



6.9 Estudos de Caso: através de simulações e casos reais nos espaços de futura atuação do técnico em guia de turismo;

6.10 Debates provenientes de pesquisa prévia, de temas propostos para a realização de trabalhos individuais e/ou em grupos;

6.11 Seminários apresentados pelos alunos, professores e também por profissionais de diversas áreas de atuação;

6.12 Abordagem de assuntos relativos às novas tecnologias da informação e da comunicação;

6.13 Dinâmicas de grupo;

6.14 Palestras com profissionais da área, tanto na instituição como também nos espaços de futura atuação do técnico de guia de turismo;

6.15 Visitas técnicas.

Nesse sentido, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar os cursistas nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas, como “vídeo aulas”, Ambientes Virtuais de Aprendizado (AVA), “tele aulas” e utilização de recursos multimídias;

- Utilizar material impresso (módulos);
- Desenvolver o trabalho de tutoria (presencial e a distância) junto aos alunos;
- Problematizar o conhecimento, buscando diferentes fontes de informação;
- Reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;

- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- Orientar a elaboração de projetos ou planos de trabalho junto com o aluno com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- Promover momentos de reflexão que possibilitem aos estudantes e professores repensar o processo ensino-aprendizagem de forma significativa para a tomada de decisões.

6.16. Cumprimento percentual de presencialidade

O Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a educação a distância como modalidade educacional, cita a obrigatoriedade de momentos presenciais. É importante destacar que o decreto não define carga horária nos cursos técnicos, reservada para avaliações, estágios supervisionados obrigatórios e atividades presenciais que exigem o uso de laboratórios ou outros ambientes específicos, bem como não define os tempos para os momentos presenciais. (PARECER CNE/CEB Nº: 11/2012).

Conforme estabelece a Resolução nº. 6, de 20 de setembro de 2012, da Câmara de Educação Básica, os cursos técnicos de nível médio ofertados na modalidade de educação a Distância cumprem uma quantidade mínima obrigatória de atividades presenciais:

Art. 33 Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária

presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.

§ 1º Em polo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais.

Não cabe ao computo das atividades presenciais mínimas obrigatórias a carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado. De acordo com a Resolução nº 6, de 20, de setembro de 2012 da Câmara de Educação Básica:

Art. 32 A carga horária destinada a estágio profissional supervisionado, quando previsto em plano de curso, em quaisquer das formas de oferta do curso técnico de nível médio, deverá ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional.

Art. 33 [...]

§ 2º A atividade de estágio profissional supervisionado, quando exigida, em razão da natureza tecnológica e do perfil profissional do curso, terá a carga horária destinada ao mesmo, no respectivo plano de curso, sempre acrescida.

Diante disso, os encontros presenciais do curso de Técnico de Guia de Turismo Regional serão realizados através das atividades, a saber:

- Encontro inaugural geral presencial - A aula inaugural em âmbito geral para todos os alunos, com carga horária de quatro horas. Esse encontro tem como objetivos promover um momento de discussão e reflexão sobre o curso; esclarecer dúvidas que costumam surgir durante o andamento do semestre e manter o contato presencial com os alunos. O encontro poderá realizado presencialmente no polo sede e através do Big Blue Button para os demais polos.
- Encontro presencial por disciplina - Todo início de disciplina deverá ter um encontro presencial. Esta caracteriza-se como uma importante oportunidade de professores formadores e mediadores terem um primeiro contato com seus respectivos alunos. Esse primeiro momento presencial entre os atores envolvidos na execução de uma dada disciplina celebra um pacto de atribuições que serão executados no transcorrer do componente curricular.
- Provas presenciais - As provas presenciais, que são feitas ao fim de cada ciclo, portanto, quatro encontros por semestre, com todos os alunos. É importante

ressaltar que o quantitativo de provas é baseado nas normas da diretoria.

- Encontros presenciais das práticas profissionais – Para as práticas supervisionadas, a proposta é de quatro encontros (um a cada mês) entre professor formador e respectivos mediadores-orientadores com seus alunos. A necessidade de encontros presenciais da PPS se dá, não só como uma forma de cumprimento das horas presenciais exigidas, mas também, por percebermos uma dificuldade de acompanhamento da disciplina por parte dos alunos, uma vez que esse componente, diferente dos demais, tem carga horária de 120h, transcorrendo todo o curso e, por isso, exigindo do aluno um comprometimento maior, pois a cada etapa da disciplina, é pedida a elaboração de um trabalho final (memorial e plano de ação), culminando no Trabalho de Conclusão de Curso.

6.17. Método de execução das disciplinas – quadro de adequações

Quando pensamos no quanto pode ser oneroso para o aluno cumprir várias disciplinas simultaneamente por período, convém refletirmos sobre métodos de execução de componentes curriculares que seja capaz de reduzir o número de disciplinas que o aluno está cursando simultaneamente. Essa é a prática da execução do rodízio de disciplinas, através de um sistema de ciclos.

Entendemos por ciclo o período contínuo de cinco semanas que o aluno irá estudar apenas praticamente uma disciplina por vez, já que, segundo o quadro de adequações, entre as últimas semanas de uma disciplina inicia uma outra e aí ambas ficam com uma breve concomitância. Durante esse período de cinco semanas, ele realizará as atividades a distância (colaborativa e individual) e presencial do componente selecionado. Entre a terceira e a quinta semana será realizada a prova presencial e após a quinta semana inicia-se um novo ciclo.

A atividade presencial será realizada aos sábados, conforme calendário e em data especial, para os sabadistas. A reposição dos ciclos será realizada na 14ª semana. Após a reposição, será realizada a final.

O objetivo dessa nova metodologia é facilitar o aprendizado, fazendo com que o aluno se dedique a uma disciplina por vez, tendo a oportunidade de estudar uma disciplina por ciclo. Diante da intensidade de assunto a ser executado, com a natureza do público alvo do ensino a distância e em especial do aluno MedioTec, que o tempo para estudo é reduzido, existe uma necessidade de flexibilizar o

quantitativo de disciplinas simultâneas para que o aluno não fique desestimulado. Para tanto, o curso terá como base na estrutura curricular conforme a matriz curricular, mas a execução ao longo dos períodos deverá ser utilizada como norteamento a adequação abaixo:

QUADRO DE ADEQUAÇÕES SEMESTRAL

Aulas											
Semana de Ambientação	Semana 1	Semana 1	Semana 3	Semana 1	Semana 5	Semana 6	Semana 3	Semana 8	Semana 1	Sem 1 ¹	
Todos alunos inseridos nas disciplinas, período de ajustes, período de conhecimento da plataforma	Disciplina 1										
			Disciplina 2								
					Disciplina 3						
							Disciplina 4				
										Discipli	

Obs1: Todas as semanas iniciam nas terças.

Obs2: A quantidade de semanas por disciplina é medida pela sua carga horária. Uma semana para cada 12h.

Obs3: A quantidade de atividades presenciais deve ser norteada pela regulamentação da EaD do Instituto (documento a ser elaborado nessas reuniões presenciais).

Detalhamento sobre o quadro de adequações

- a) No ensino a distância, a semana letiva inicia sempre às terças e a conclusão ocorre sempre às segundas. Isso é fixo e já consignado em PPC;
- b) A contabilidade de uma semana para cada 12h contribui para que uma disciplina de 60h seja cumprida em 05 (cinco) semanas letivas. Esse quantitativo de semanas é aceitável do ponto de vista de distribuição do conteúdo programático de cada componente curricular;
- c) A planilha supracitada está programada por período e nesse *template* cinco disciplinas são administradas. Considerando um curso com 18 disciplinas, a duração ficaria em 4 semestres (dois anos). É possível também que seja incluída uma sexta disciplina, seja de qualquer parte (diversificada ou técnica), pelo critério de adequação e nessa situação o curso duraria 1,5 (um

ano e meio);

- d) Essa tabela é norteadora e é apenas um exemplo aplicável para o caso de termos disciplinas de 60 horas, por isso 5 semanas, considerando ainda que o semestre deve ir até o máximo de 20 semanas.

7 MATRIZ CURRICULAR

Conforme já consignado neste projeto pedagógico, o curso Técnico em Guia de Turismo Regional será executado na forma concomitante, em parceria direta com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba. Na prática, o aluno cursista dará continuidade a seu curso médio na rede estadual de ensino, cuja matriz da formação geral está formalizada em PPC específico da citada rede de ensino e no Instituto Federal de Educação cursará a parte técnica, cuja matriz curricular segue abaixo-discriminada:

1º semestre	
Disciplinas	CH
Fundamentos do Turismo	60
Linguagem e Comunicação	60
Inglês Instrumental I	30
História Regional I	60
Geografia Regional Aplicada ao Turismo	60
Técnicas e Práticas do Guiamento Regional I	60
Primeiros Socorros	30
Legislação do Turismo	40
Total parcial I	400
1º semestre	
Fundamentos da Ecologia e Responsabilidade Ambiental	40
Organização de Roteiros Turísticos	40
Inglês Instrumental II	40
História Regional II	30
Patrimônio Cultural e Manifestações da Cultura Popular	60
Técnicas e Práticas do Guiamento Regional II	60
Estágio Supervisionado	120
Total parcial II	400
Total geral	800

8. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso aos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, dar-se-á por meio de processo seletivo, organizado e executado pela Secretaria de Estado da Educação – instituição demandante – através do programa Paraibatec, destinado

aos alunos regularmente matriculados na rede estadual de ensino em 2017, no 1º ou 2º anos do ensino médio.

Os (as) candidatos (as) serão classificados (as) observando-se rigorosamente o critério constante no Edital de Seleção: ordem de inscrição.

9. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Caso não seja disponibilizada vaga para estágio, o discente poderá optar pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo a Coordenação do Curso responsável por designar um(a) professor(a) para orientar o TCC, com a co-orientação do professor(a) da disciplina Estágio Supervisionado.

O TCC poderá assumir a forma de atividade de pesquisa e extensão, mediante a participação do(a) aluno(a) em empreendimentos ou projetos educativos e de pesquisa, institucionais ou comunitários, dentro da sua área profissional.

A apresentação do relatório do estágio supervisionado e/ou TCC é requisito indispensável para a conclusão do curso, sendo submetido à avaliação do professor(a) orientador(a) constante na documentação do estágio ou do TCC.

Após a conclusão do estágio, o(a) aluno(a) terá um prazo de até 30 (trinta) dias para a apresentação do relatório das atividades desenvolvidas ao(à) professor(a) orientador(a).

O estágio supervisionado, no Curso Técnico em Guia de Turismo Regional poderá ser iniciado no primeiro semestre do Curso, devendo a sua conclusão ocorrer dentro do período máximo de duração do curso. A carga horária mínima destinada ao estágio supervisionado é de 120 horas, acrescida à carga horária estabelecida na organização curricular do referido curso.

10. Diplomação

O discente que concluir as disciplinas do curso e estágio supervisionado, ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obterá o Diploma de Técnico de Nível Médio na habilitação profissional cursada.

Para tanto, deverá o discente comparecer ao Protocolo do *Campus*, para dar entrada em dois processos:

i.No primeiro processo, o aluno entrega a versão final do TCC endereçada à Coordenação de seu Curso, ou dá entrada, via protocolo, no seu processo de Reconhecimento de Estágio para a Coordenação de Estágio;

ii.Em seguida, o aluno solicita o formulário “Requerimento – Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio” preenche-o, solicita os vistos da Biblioteca, Departamento de Orçamento e Finanças e da CAEST; anexar os documentos requeridos e dirige-se, novamente, ao Protocolo para concluir o processo, endereçado à Coordenação do Curso_os documentos requeridos são:

- a) Certidão de Nascimento / Certidão de Casamento;
- b) Identidade com a data de emissão;
- c) CPF;
- d) Título de Eleitor e documento de quitação com a Justiça Eleitoral;
- e) Carteira de Reservista ou CDI – Certificado de Dispensa de Incorporação (Sexo Masculino);
- f) Histórico de Conclusão do Ensino Fundamental;
- g) Certificado do Ensino Médio da Rede Estadual;
- h) Comprovantes de “nada consta” da biblioteca, departamento de orçamento e finanças e da CAEST.

Todas as cópias de documentos deverão ser autenticadas em cartório ou apresentadas juntamente com os originais na Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) para comprovação da devida autenticidade.

O histórico escolar indicará os conhecimentos definidos no perfil de conclusão do curso, estabelecido neste plano pedagógico de curso, em conformidade com o CNCT (2012) e a resolução 01/2014.

11. PLANOS DE DISCIPLINAS



PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE
COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos do Turismo
CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio
SEMESTRE/PERÍODO: 1º
CARGA HORÁRIA: 60h/a
EMENTA
Aspectos históricos do Turismo. Importância do turismo para a economia ressaltando o seu viés interdisciplinar. Conceitos Básicos em Turismo. Hospitalidade. Analisar os segmentos do turismo. A Potencialidade turística regional. Lazer e turismo.
OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS
Geral Identificar os conceitos de Turismo, Lazer e Hospitalidade e estabelecer programas de atividades recreativas adequados aos diferentes grupos, espaços e equipamentos. Específicos <ul style="list-style-type: none">· Compreender o conceito de Turismo, Lazer e Hospitalidade;· Entender o Turismo uma atividade atrelada ao setor de serviços;· Estudar as diferentes formas de se classificar o Turismo.· Desenvolver atividades para diferentes grupos de turistas;· Adequar os espaços e equipamentos para o desenvolvimento das atividades em diferentes condições (clima, topografia, material etc).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. Fundamentos do Turismo
- 1.1 Conceitos Básicos do Turismo
- 1.2 Evolução Histórica do Lazer e do Turismo
- 1.3 Tipos de Turismo
- 1.4 Impactos do Turismo
- 1.5 Importância Socioeconômica
- 1.6 Ética no Turismo
- 1.7 Potencialidades Turísticas Regional.
- 2. Oferta Turísticas
- 2.1 Atrativos Turísticos: Conceito e Tipologias
- 2.2 Equipamento e Serviços Turísticos
- 2.3 Infraestrutura de Apoio Turísticos
- 3. Demanda Turística: Conceitos e Classificação
- 4. Produtos Turísticos: Conceito e Características
- 5. Hospitalidade na atividade Turística
- 5.1 Conceito de Hospitalidade
- 5.2 Tempos e espaços da Hospitalidade
- 6. Lazer e Recreação.
- 6.1 Fundamentos Básicos do Lazer aplicado ao turismo
- 6.2 Recreação Aplicada ao Turismo
- 6.3 Atividades para diferentes grupos de turistas
- 6.4 Espaços e Equipamentos para o desenvolvimento das atividades
- 6.5 Técnicas de Recreação e Lazer
- 6.5.1 Planejamento das atividades
- 6.5.2 Desenvolvimento de Programas
- 6.5.3 Condução de Grupos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

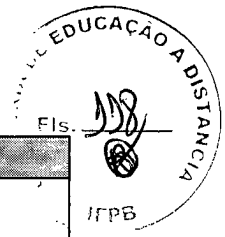
Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.



BIBLIOGRAFIA
Bibliografia básica CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade . São Paulo: Aleph, 2004. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo . 2. ed. SP: Cengage Learning, 2003. OMT (Organização Mundial do Turismo) Introdução ao Turismo . Trad. Dolores Martim Rodriguez Coner. São Paulo: Roca, 2001. DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo . São Paulo: Atlas, 2005. Complementar ANDRADE, José Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões . São Paulo: Ática, 1997. COOPER, Chris et al. Turismo – Princípios e Práticas . 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Lazer e Recreação . Editora Érica, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE
COMPONENTE CURRICULAR: Linguagem e Comunicação
CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio
SEMESTRE/PERÍODO: 1º
CARGA HORÁRIA: 60h/a
EMENTA
Comunicação, considerando-se a especificidade de cada situação comunicativa; linguagens verbal e corporal a favor de uma comunicação clara e cordial; reconhecimento dos diferentes níveis de linguagem, e adequação conforme o público; especificidade de cada situação comunicativa; uso da linguagem escrita para uma comunicação clara, cordial e culta.
OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS
Geral Capacitar o aluno para interpretação, leitura e escrita de textos verbais e não-verbais, através do domínio de conceitos relativos à comunicação Específicos <ul style="list-style-type: none">· Promover o estudo e discussão sobre a aplicabilidade da comunicação na vida humana;· Criar rotinas de escrita que favoreçam o desempenho do educando;· Evidenciar o valor da comunicação no desenvolvimento funcional do homem.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I

- CONCEITOS DE COMUNICAÇÃO
- Comunicação nas relações humanas
- Comunicabilidade X sociabilidade
- Comunicação e entusiasmo
- Comunicação e função expressiva
- Tecnologia da Informação e da comunicação
- Léxico e ideologia;
- Estratégias discursivas da publicidade;
- Estudo da oralidade textual do sujeito falante;
- Elocução expressiva;
- Expressão corporal;
- Leitura em público;
- Normas textuais conforme a ABNT.

PARTE II

- PRODUÇÃO DE TEXTOS
- Organização do texto: articulação de elementos temáticos;
- Montagem de textos orais;

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA



Bibliografia básica

- BECHARA, E. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BITTI, Pio Ricci e ZANI, Bruna, A Comunicação como processo social, Editorial Estampa, 2ª edição, 1997, cap. 1 e 2.
- FARACO, C.A.; TEZZA, C. Oficina de Texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT.** 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PIMENTEL, Carlos. **A redação nos negócios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia complementar

- ZANOTTO, Normelio. **Correspondência e redação técnica:** coleção hotelaria. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- WRIGHT, C. W. **Aprenda a falar em público.** Tradução de Luísa Ibañes. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIBEIRO, Lair. **Comunicação global:** o poder da influência. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- POLITO, Reinaldo. **Superdicas para falar bem em conversas e apresentações.** São Paulo: Saraiva, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Inglês Instrumental I

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 1º

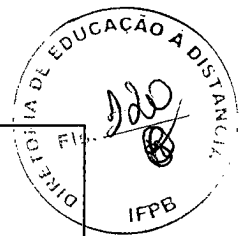
CARGA HORÁRIA: 30h/a

EMENTA

Aquisição e o desenvolvimento de competências globais e específicas de leitura em gêneros textuais específicos: textos institucionais, narrativas literárias de pouca complexidade, panfletos, folhetos e folders, anúncios, propagandas e notícias. Estudos das estruturas sintáticas e lexicais próprias desses gêneros. Desenvolvimento de estratégias de desenvoltura no discurso oral a partir de scripts orientados (ações no museu, na agência de turismo, em aeroportos, restaurantes e hotéis, etc.)

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

<p>Geral</p> <p>Interpretar textos técnicos a partir do desenvolvimento de estratégias de leitura e do estudo de estruturas sintáticas contextualizadas e de vocabulário geral e específico.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar efetivamente estratégias de leitura como Scanning e Skimming. • Reconhecer estruturas gramaticais nos textos em Língua Inglesa.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1-Reconhecimento do tipo de texto e da linguagem usada</p> <p>1.1- Uso da linguagem não-verbal</p> <p>1.2- Palavras cognatas</p> <p>1.3- Inferência</p> <p>1.4- Palavras repetidas e palavras-chave</p> <p>1.5- Inferência contextual</p> <p>1.6- Seletividade</p> <p>1.7- Skimming e Scanning</p> <p>1.8- Identificação das idéias principais e subjacentes</p> <p>1.9- Identificação do que expressam os números do texto</p> <p>1.10- Uso do dicionário bilíngue</p> <p>1.11 – Reconhecimento de palavras do vocabulário turístico.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados; - discussão em fórum e chats; - participação em videoconferência; - realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
<p>Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.</p>
RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quadro branco • Pincel atômico • Computador • Data show • Multimídia • Material diverso impresso <p>Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.</p>
BIBLIOGRAFIA



Bibliografia básica

BUCKINGHAM, Ângela; STOTT, Irish. **At your Service: English for the Travel and Tourist Industry**. Oxford: 1995.

WOOD, Neil. **Tourism and Catering**. Oxford, 2003.

ACKERT, Patricia. **Facts and Figures: basic reading practice**. 3. ed. Boston : Heinte publishers, 1999.

DICIONARIO Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês: português-inglês, inglês-português. Oxford : Oxford University Press , 1999.

HELGENSEN, M; ADAMS, K. **Workplace English: Travel File**. Longman, 1996.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in use: a self study reference and practice book for elementary studying of English**. Cambridge : Cambridge University Press, 1997.

Bibliografia complementar

BRIEGER, N.; SWEENEY, S. **Early Language of Business English**. Prentice Hall, 1997. HORNBY, A. S. **Oxford advanced learner's dictionary**. 6. ed.

Oxford: Oxford University Press, 2000.

JONES, L. **Welcome! English for the travel and tourism industry**. Cambridge University Press, 1998.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE
COMPONENTE CURRICULAR: História Regional I
CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio
SEMESTRE/PERÍODO: 1º
CARGA HORÁRIA: 60h/a
EMENTA
Relação entre história e turismo. Aspectos históricos locais e regionais. Pensar criticamente a História do Brasil, e suas interfaces culturais. Elucidar os processos históricos que contribuíram com a formação da cultura brasileira.
OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

- Levar o aluno a refletir sobre a história local e regional de modo a construir sua identidade vinculada às questões peculiares à sua região e localidade.

Específicos

- Proporcionar ao aluno condições para que este conheça os diferentes aspectos que caracterizam a história da região e da localidade onde irá atuar.
- Capacitar o aluno para torná-lo capaz de abordar, de forma crítica, a realidade histórica da localidade, tentando relacionar com a realidade global e os aspectos turísticos.
- Oferecer elementos ao aluno para que ele compreenda as diversas manifestações da cultura regional ao longo da História local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História e Turismo.
- História, memória e patrimônio.
- História, arquivo e fontes.
- Cultura e identidade.
- Antecedentes da conquista da Paraíba.
- Sítios Arqueológicos da PB
- Conquista e fundação da Paraíba.
- Primeiras Vilas da Paraíba na Época Colonial
- Primeiros Capitães-Mores

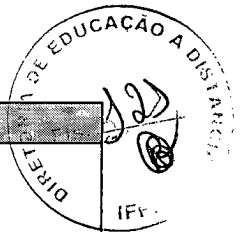
METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas como fio condutor do conteúdo programático, a partir de textos-base indicados *a priori* pelo professor (de leitura obrigatória pelos alunos); criação de situações-problema, a fim de levar o educando a refletir sobre os aspectos ambientais e o Turismo; realização de oficinas pedagógicas e/ou seminários temáticos com o objetivo de dar visibilidade ao conhecimento adquirido; aplicação de lista de exercício, com o intento de revisar e fixar os conteúdos trabalhados em sala de aula; debates fomentados pelo professor, a serem realizados pelos alunos, mediante escolha prévia de textos; exibição de vídeos, documentários e demais filmes sobre turismo, natureza, cultura, sociedade e meio ambiente; e desenvolvimento de aulas de campo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da disciplina levará em conta, com critério geral, o grau de entendimento demonstrado pelos educandos acerca das relações entre a questão ambiental e a práxis turística. Contarão como critérios avaliativos, também: assiduidade e compromisso com as aulas; coerência textual; participação em debates e atividades didático-pedagógicas.

Para tanto, serão utilizados, como mecanismo de avaliação os seguintes procedimentos: realização das atividades em classe; desenvolvimento dos seminários temáticos e/ou oficinas pedagógicas; avaliação escrita a partir do conteúdo abordado em classe; e realização de um relatório resultante de uma aula de campo.



RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica

FAUSTO, B. **História do Brasil**, EDUSP, 2008

SKIDMORE, THOMAS. **Uma história do Brasil**, PAZ E TERRA, 1998.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 2014. 10.ed

Complementar

ALBANO, C. e MURTA, S.M. (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (org.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003. 3.e

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia Regional Aplicada ao Turismo

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 60h/a

EMENTA

A relação entre o espaço geográfico, atividades econômicas e as potencialidades turísticas. Análise conceitual do espaço turístico em geografia. Elementos do espaço turístico e categorias de análise num enfoque geográfico; domínios morfoclimáticos e fitogeográficos (interação relevo-clima-vegetação) na paisagem. A produção e o consumo, a paisagem regional e sua transformação como recurso para a atividade turística. Elementos do espaço turístico e categorias de análise num enfoque geográfico. A realidade socioeconômica do Nordeste. A produção e o consumo, a paisagem nordestina e sua transformação como recurso para a atividade turística.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Apreender, a partir das relações entre sociedade e natureza, os saberes geográficos necessários à compreensão do Turismo, desvelando a organização e a produção do espaço nordestino.

Específicos

- Refletir sobre os principais conceitos da ciência geográfica e suas possíveis interfaces com o Turismo;
- Entender o Turismo enquanto uma atividade produtora de pseudo-lugares, de territórios e de paisagens turísticas;
- Pensar sobre a produção e o consumo do espaço geográfico para e pelo Turismo, destacando as implicações do processo de globalização sobre essa atividade econômica;
- Compreender a importância da cartografia aplicada na atividade turística, assimilando algumas noções da ciência cartográfica aplicadas ao Turismo;
- Conhecer as novas geotecnologias e as suas possibilidades de aplicação na atividade turísticas;
- Compreender a estrutura e a distribuição geológico-geomorfológica de alguns ambientes naturais da Paraíba com potencialidades turísticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**1. TURISMO E GEOGRAFIA: DEFININDO CONCEITOS**

- 1.1. O conceito de espaço geográfico: uma relação entre sociedade e natureza
- 1.2. O espaço atual: um meio técnico-científico-informacional
- 1.3. A paisagem geográfica
- 1.4. Lugar: base de reprodução da vida
- 1.5. Região: da expressão cotidiana ao conceito geográfico
- 1.6. Territórios: do Estado-Nação às territorialidades urbanas
- 1.7. Globalização e compressão espaço-temporal: relações e contradições entre o local e o global
- 1.8. Território turístico
- 1.9. Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Sustentável
- 1.10. Escala cartográfica e escala geográfica

2. FUNDAMENTOS DA CARTOGRAFIA APLICADOS AO TURISMO

- 2.1. Espaço e conhecimento cartográfico
- 2.2. Evolução dos mapas
- 2.3. Representações cartográficas: globo, mapa, carta, planta e anamorfose.
- 2.4. Tipos de mapa
- 2.5. Escalas cartográficas
- 2.6. Símbolos e convenções cartográficas
- 2.7. Cartografia temática
- 2.8. Posição e orientação
- 2.9. Coordenadas geográficas
- 2.10. Zonas térmicas da Terra
- 2.11. O sistema de fusos horários
- 2.12. Cartografia e geoprocessamento: sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e sistema de informação geográfica.
- 2.13. Leitura de gráficos
- 2.14. Localização absoluta e localização relativa

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades onlines e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

CARVALHO, Caio L. de; BARBOSA, Luiz Gustavo M. (org). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil: Observatório de inovação do turismo**. Rio de Janeiro. Senac. 2004.

RAPOSO, Alexandre. **Turismo no Brasil. Um guia para o guia**. São Paulo. Senac. 2002.

RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo. EDUSP: 2008

Complementar

LEMOS, Amália (org). **Turismo e ambiente: Reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

Hucitec, 2000.

ALCÂNTARA, Araquém. **Paisagem Brasileira**. Metalivros. 2003.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas de Práticas do Guiamento Regional I

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 60h/a

EMENTA

Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo. Aspectos éticos da profissão. Procedimentos Técnicos e Práticos do Guia de Turismo Regional. Atividades práticas de guiamento regional.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS
<p>Geral</p> <p>Desenvolver as habilidades e competências do profissional em Guia de Turismo Regional.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir as classes e funções de guias de turismo segundo a legislação pertinente. • Sistematizar as informações referentes ao Turismo contextualizando para o seu meio. • Dominar Técnicas de manuseio de máquinas e equipamentos, para o serviço de guiamento. • Demonstrar atitudes éticas profissionais
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo.</p> <p>1.1 Funções e Atribuições do Guia de Turismo Regional</p> <p>1.2 Conduta Ética Profissional do Guia de Turismo</p> <p>1.3 Técnicas e regras de:</p> <p>1.3.1 Execução de roteiros, programas e itinerários locais e regionais</p> <p>1.3.2 manuseio de mapas, guias e manuais locais e regionais</p> <p>1.3.3 pesquisa para elaboração de Speech textos sobre pontos turísticos, históricos, geográficos e culturais locais e regionais.</p> <p>2 Recepção ao turista:</p> <p>2.1 Procedimentos de recepção;</p> <p>2.2 Documentação de passageiros;</p> <p>2.3 Etiquetagem de bagagem;</p> <p>2.5 Traslado para o hotel;</p> <p>3. Procedimentos de bordo:</p> <p>3.1 Apresentação Inicial</p> <p>3.2 Uso de microfone e outros equipamentos;</p> <p>3.3 Serviço de bordo;</p> <p>3.4 Animação turística;</p> <p>4. Procedimentos para traslados:</p> <p>4.1 Chegada;</p> <p>4.2 Saída;</p> <p>4.3 Prestar Informações sobre o atrativo</p> <p>5. Procedimentos no aeroporto, Portos e Rodoviária:</p> <p>5.1 Serviços gerais de recepção no terminal de passageiros</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados; - discussão em fórum e chats; - participação em videoconferência; - realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades onlines e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

DIAS, Célia M. Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. Ed. Manole, São Paulo, 2002.

LAGE, B., MILONE, P. (Org.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. Competências mínimas do condutor. São Paulo, 2004.

PARAÍBA - Governo do Estado. Mapeamento cultural da Paraíba. Fundação Casa de José

Américo. João Pessoa: Grafset, 2001.

VIEIRA, Lorena Cláudia. A comunidade, a cultura e o turismo. Fortaleza: Premium, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Primeiros Socorros

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 30h/a

EMENTA

Abordagem do conjunto de informações e conhecimentos sobre a forma de agir em situações de emergência; como prestar socorro a pessoas feridas em acidentes ou vítimas de mal súbito nas atividades turísticas.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

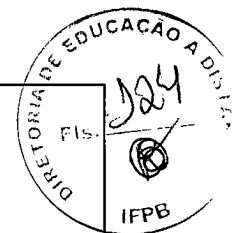
Geral

Dotar os alunos do conhecimento de ferramentas necessárias para o cumprimento das normas de segurança, higiene e princípios de saúde, levando em consideração aspectos de melhoria da qualidade de vida e de noções de atendimento aos primeiros socorros.

Específicos

- Identificar e avaliar os perigos e as consequências decorrentes de suas atividades laborais, levando em consideração não apenas a sua própria, mas também a segurança no ambiente profissional;
- Identificar alguns agentes causadores de acidentes ambientais e conhecer medidas de proteção do meio ambiente;
- Compreender e utilizar adequadamente a sinalização utilizada em saúde e segurança no trabalho;
- Interpretar as legislações e normas de segurança e os elementos básicos de prevenção de acidentes no trabalho, de forma a conseguir avaliar as condições a que estão expostos os trabalhadores de saúde e selecionar as alternativas possíveis de serem viabilizadas;
- Identificar doenças relacionadas ao ambiente e processos de trabalho em saúde, assim como as respectivas ações preventivas.
- Proceder adequadamente as atividades de primeiros socorros eficientemente em casos de acidentes de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



- 1 Segurança no ambiente de trabalho:
- 1.1 Histórico da segurança e medicina do trabalho.
 - 1.2 Conceitos de Higiene e Segurança.
 - 1.3 Definições de acidente de trabalho.
 - 1.4 Causas de Acidentes. 1.5 Riscos ambientais.
 - 1.6 Medidas de proteção contra acidentes.
 - 1.7 Principais NRs para o trabalho do Guia de Turismo (NRs 01, 06, 09, 10, 16, 21, 30).
 - 1.7 Consolidação das leis do Trabalho – CLT.
- 2 Primeiros Socorros:
- 2.1 Introdução aos primeiros socorros (Conceito; Importância; Objetivos; Aspectos legais; Avaliação primária; Avaliação secundária).
 - 2.2 Vertigens, desmaios, insolação e crises convulsivas (Conceito; Sinais e sintomas; Conduta).
 - 2.3 Hemorragias e ferimentos (Conceito; Classificação e tipos; Sinais e sintomas; Conduta).
 - 2.4 Fraturas, entorses e luxações (Conceito; Tipos; Sinais e sintomas; Condutas).
 - 2.5 Queimaduras (Conceito; Classificação; Tipos; Sinais e sintomas; Condutas gerais e específicas).
 - 2.6 Ressuscitação Cardiopulmonar (Conceito; Sinais e sintomas; técnica de reanimação cardiopulmonar).
 - 2.7 Corpos estranhos (Classificação quanto à localização: olhos, ouvido, nariz e pele; Conduta; OVACE; Manobra de Heimlich).
 - 2.8 Angina e Infarto (Tipos; Sinais e sintomas; Conduta).
 - 2.9 Acidentes com animais raivosos e peçonhentos (Tipos; Sinais e sintomas; Conduta; Medidas preventivas).
 - 2.10 Afogamento (Mobilização e transporte)
 - 2.11 Confecção de talas; Tipos de mobilização e transporte.

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades onlines e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

HAFEN, B.; KARREN, K. FRANDSEN, K. **Primeiros Socorros para estudantes**. 7. ed. São Paulo, Ed:Manole, 2002.

PRIMEIROS SOCORROS: COMO AGIR EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. Rio de Janeiro: SENAC, 2009. 144 p.

FERNANDES, Almeida; SILVA, Ana Karla da. **Tecnologia de Prevenção e Primeiros Socorros ao Trabalhador Acidentado**. Goiania: AB Editora, 2007.

SILVEIRA, José Marcio da Silva. **Primeiros Socorros: Como Agir em Situações de Emergência**. São Paulo: SENAC, 2008.

LIMA, Ieda M. Andrade. **Acidentes em Turismo: prevenção e segurança**. São Paulo: Férias Vivas, 2005.

Bibliografia complementar

GUIA DE PRIMEIROS SOORROS. São Paulo: Editora Abril, 2007.

SANTOS, Judson Ferreira dos. **Condutas Imediatas**. Natal: J. F. dos Santos 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Profissionalização de auxiliares de saúde:**

Atendimento de emergência. 2ªed. Brasília, DF. MS. 2003.

KWAMOTO, Emilia Emi. **Acidentes: como socorrer e prevenir**. São Paulo: LTr, 2002.105p

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Legislação do Turismo

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA

Noções sobre elaboração de leis no Brasil. Direito aplicado às relações internacionais e migrações. Legislação de turismo no Brasil. Legislação aplicada aos prestadores de serviços turísticos. Análises dos principais itens do Código do Consumidor. Código mundial de ética do turismo. Instrumentos normativos reguladores da atividade turística.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Prover os discentes dos conceitos e princípios básicos das Ciências Jurídicas voltados para o desenvolvimento de uma visão crítica de sua atuação profissional e da atividade turística como um todo.

Específicos

- Proporcionar uma formação qualificada, capacitando-o na área do Direito do Turismo
- Dotar o futuro profissional para atender a demanda do mercado, que requer diferencial, atualizando-o quanto as espécies normativas importantes em seu dia a dia;
- Propiciar a concepção de uma opinião crítica quanto à aplicação do Direito na área do Turismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceituação

- A Importância do Turismo
- Breve Histórico
- Turismo e Direito
- O Direito do Turismo: Breves Considerações
- Importância do Direito do Turismo

Noções de Direito

- Ramos do Direito
- Fontes do Direito
- Hierarquia das normas
- Tipos normativos
- Vigência das normas

Turismo e fundamentos constitucionais

- Tratamento constitucional do Turismo
- Princípios gerais
- Princípios específicos

O processo de formação das leis

- Conceito
- Fases
- Normas específicas

Definição do Regime Jurídico do Turismo

- Contexto histórico do direito do turismo brasileiro
- Principais normas legais do País

Legislação de Proteção do Consumidor

- Princípios específicos
- Definição dos sujeitos da relação de consumo
- Direitos e Deveres
- Responsabilidades

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

ATHENIENSE, Luciana Rodrigues. **Viajando Direito**: Guia prático dos direitos e deveres dos turistas e prestadores de serviços. - Belo Horizonte: Editora Leitura, 2006.

BADARÓ, Ruy Aurélio de Lacerda. **Direito do Turismo**: História e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

BRASIL. **Estudos da Competitividade do turismo brasileiro**: turismo: anotações jurídicas. Brasília: MTUR, 2007.

FERRAZ, Joandre Antonio. **Regime Jurídico do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1992.

Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008.

KWAMOTO, Emilia Emi. **Acidentes: como socorrer e prevenir**. São Paulo: LTr, 2002. 105p

Complementar

ANAC. Verão no Ar - 2008. Cartilha. Brasília, 2007.

LEITÃO, Ket Jeffson Vasconcelos. **Contos jurídicos**: normas e sobredireito da lei de introdução ao código civil. Campina Grande: EDUEP, 2009.

MAMEDE, Gladston. **Direito do turismo**: legislação específica aplicada. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, Wendell Lima Lopes. A Atividade do ecoturismo como instrumento de preservação e conservação do meio ambiente. Dissertação de mestrado. Direito, PUC-SP, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Ecologia e Responsabilidade Ambiental

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA

Conceitos de ecologia e educação ambiental. Recursos ambientais. Caracterização dos principais ecossistemas brasileiros. Caracterização de espécies autóctones da fauna e da flora, com ênfase nas espécies características e/ou endêmicas dos diferentes biomas brasileiros, enfatizando os biomas regionais. Conceitos de conservação e preservação ambientais. Unidades de conservação. Turismo sustentável. Análise dos impactos do turismo em relação ao meio ambiente, abordando aspectos referentes à legislação e regulamentação específica.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Formar profissionais conscientes da importância dos recursos naturais capazes de desenvolverem estratégias para minimizar os impactos do Turismo ao meio ambiente.

Específicos

- Apresentar os principais conceitos de ecologia e educação ambiental
- Capacitar os alunos para compreender aspectos relacionados à estrutura e dinâmica dos ecossistemas.
- Oferecer bases para a compreensão e interpretação das consequências da ação humana sobre os ecossistemas.
- Proporcionar embasamento teórico com relação a aspectos aplicados como manejo e conservação de ecossistemas.
- Compreender as relações existentes entre a teoria e a prática pedagógica na ecologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução a ecologia
 - 1.1. Ecossistemas: conceitos, estrutura, classificação e dinâmica.
 - 1.2. Fatores Ecológicos
 - 1.3. O Ecossistema
 - 1.4. Dinâmica dos Ecossistemas
 - 1.5. Interações Populacionais e entre Espécies
 - 1.6. Ecologia de Populações
 - 1.7. Ecologia de Comunidades
 - 1.8. A Biosfera
 - 1.9. Biodiversidade
 - 1.10. Desenvolvimento Sustentado
2. Responsabilidade Ambiental
 - 2.1. As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais;
 - 2.2. Desenvolvimento Sustentável;
 - 2.3. Legislação Ambiental;
 - 2.4. Poluição da Água;
 - 2.5. Poluição do Solo;
 - 2.6. Poluição do Ar;
 - 2.7. Estudos de Impactos Ambientais (EIA-RIMA);
 - 2.8. Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
 - 2.9. Custos Ambientais;
3. O turismo e o patrimônio cultural.
4. Impactos ambientais nas atividades turísticas.
5. O território como recurso turístico.
6. Unidades de Conservação

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades onlines e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

1. PIRES, P.S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.
 2. DAJOZ, R. **Princípios de Ecologia**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 3. BRAGANÇA PINHEIRO, A C. de F. **Ciência do Ambiente. Ecologia, poluição e Impacto Ambiental**. São Paulo: Markron Books do Brasil, 2000
 4. RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5 ed. São Paulo: Papyrus, 1999.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e prática**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

Complementar

1. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO –SNUC. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000; decreto nº4340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: MMA, 2004.56p. Lei 9795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
2. PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 4 ed. São Paulo: Papyrus, 1993.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Organização de roteiros turísticos

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

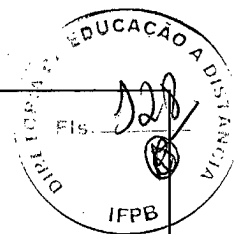
CARGA HORÁRIA: 40h/a

EMENTA

Viagens e turismo. Roteiros turísticos: amplitude e complexidade. Composição e valorização de roteiros turísticos. Roteiros turísticos locais, nacionais rodoviários e aéreos, internacionais. Planejamento, Elaboração e Execução de Pacotes Turísticos. Elaboração de Roteiros.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

<p>Geral</p> <p>Fazer com que o aluno identifique, elabore roteiros e projetos voltados à atividade turística.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ensinar a importância em identificar atrativos turístico • Mostrar como proceder para Elaboração de Roteiros Turísticos • Desenvolver a capacidade de planejar, analisar e elaborar roteiros turísticos
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Conceitos de Roteiros</p> <p>Turísticos Elementos do roteiro turístico</p> <p>Programa de Regionalização do Turismo no Brasil – conceitos</p> <p>Roteiros turísticos nacionais e internacionais</p> <p>Roteirização de destinos turísticos</p> <p>Identificação e classificação</p> <p>Segmentos, vocações turísticas e demandas</p> <p>Custos em pacotes turísticos</p> <p>Formação de preços em pacotes turísticos</p> <p>Desenvolvimento de folheteria</p> <p>Canais de Distribuição O papel do guia de turismo</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados; - discussão em fórum e chats; - participação em videoconferência; - realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
<p>Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.</p>
RECURSOS NECESSÁRIOS



Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

ALMEIDA, Alessandro; KOGAN, Andréa; JUNIOR, Rinaldo Zaina. *Elaboração de roteiros e pacotes*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

BAHL, Miguel. *Viagens e Roteiros turísticos*. Curitiba: Prottexto. 2004.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 4. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2002.

PRADO, Wania Gaspar M. *Organização de viagens: manual prático*. São Paulo: Aleph, 2002.

Complementar

FREIRE, Ricardo. *Viaje na viagem: auto-ajuda para turistas*. São Paulo: Arx, 1998.

HOLLANDA, Janir. *Operação e agenciamento*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2003.

PELIZZER, Hilário. *Administração e gerenciamento de agências de viagem*. São Paulo, ed. Edicon, 2005.

PETROCCHI, Mario e BONA, André. *Agências de turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Inglês Instrumental II

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 30h/a

EMENTA

Utilização da língua inglesa como instrumento de comunicação e expressão com identificação das terminologias utilizadas na área de eventos. Reconhecimento das estruturas essenciais da

Língua Inglesa visando a comunicação escrita e oral nas atividades relacionadas a eventos.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Levar o aluno a desenvolver competência de leitura habilitando-o a ler e interpretar material técnico da área de atuação. Utilizar a língua inglesa, visando tradução e interpretação de textos.

Específicos

- Identificar e compreender expressões e vocabulário específico da área de Eventos;
- Utilizar adequadamente estratégias de leitura para uma compreensão textual eficiente;
- Utilizar dicionários on-line adequadamente;
- Explorar a informação em textos de forma não linear;
- Identificar cognatos e falsos cognatos;
- Identificar classes de palavras;
- Identificar e utilizar corretamente os tempos verbais simples: presente, passado e futuro;
- Conhecer e utilizar regras gramaticais contextualizadas;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**I - O processo de leitura**

- aspectos teóricos: os modelos de leitura
- aspectos práticos: gênero, objetivos, alfabeto, assuntos- temas
- níveis de leitura

II - Atividade de conscientização

- o contexto; - palavras cognatas;
- informação não verbal;
- público alvo;
- aspectos estruturais.

III – Identificação de textos específicos da área de Eventos.**METODOLOGIA DE ENSINO**

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades onlines e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

BUCKINGHAM, Ângela; STOTT, Irish. **At your Service: English for the Travel and Tourist Industry**. Oxford: 1995.

WOOD, Neil. **Tourism and Catering**. Oxford, 2003.

ACKERT, Patricia. **Facts and Figures: basic reading practice**. 3. ed. Boston : Heinte publishers, 1999.

DICIONARIO Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês: português-inglês, inglês-português. Oxford : Oxford University Press , 1999.

HELGENSEN, M; ADAMS, K. **Workplace English: Travel File**. Longman, 1996.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in use: a self study reference and practice book for elementary studying of English**. Cambridge : Cambridge University Press, 1997.

Bibliografia complementar

BRIEGER, N.; SWEENEY, S. **Early Language of Business English**. Prentice Hall, 1997. HORNBY, A. S. **Oxford advanced learner's dictionary**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JONES, L. **Welcome! English for the travel and tourism industry**. Cambridge University Press, 1998.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: História Regional II

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 50h/a

EMENTA

Relação entre história e turismo. Aspectos históricos locais e regionais. Pensar criticamente a História do Brasil, e suas interfaces culturais. Elucidar os processos históricos que contribuíram com a formação da cultura brasileira.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Levar o aluno a refletir sobre a história local e regional de modo a construir sua identidade vinculada às questões peculiares à sua região e localidade.

Específicos

- Proporcionar ao aluno condições para que este conheça os diferentes aspectos que caracterizam a história da região e da localidade onde irá atuar.
- Capacitar o aluno para torná-lo capaz de abordar, de forma crítica, a realidade histórica da localidade, tentando relacionar com a realidade global e os aspectos turísticos.
- Oferecer elementos ao aluno para que ele compreenda as diversas manifestações da cultura regional ao longo da História local.

/CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As Ordens Religiosas da Capitania da PB e Seus Mosteiros
- A População Indígena
- Invasões Holandesas
- Conquista para o interior da Paraíba
- Análise política, econômica e social da capitania nos séculos XVII, XVIII e XIX
- Revoltas em que a PB participou
- Governadores da PB após a revolução de 1930
- Paraíba contemporânea

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas como fio condutor do conteúdo programático, a partir de textos-base indicados *a priori* pelo professor (de leitura obrigatória pelos alunos); criação de situações-problema, a fim de levar o educando a refletir sobre os aspectos ambientais e o Turismo; realização de oficinas pedagógicas e/ou seminários temáticos com o objetivo de dar visibilidade ao conhecimento adquirido; aplicação de lista de exercício, com o intento de revisar e fixar os conteúdos trabalhados em sala de aula; debates fomentados pelo professor, a serem realizados pelos alunos, mediante escolha prévia de textos; exibição de vídeos, documentários e demais filmes sobre turismo, natureza, cultura, sociedade e meio ambiente; e desenvolvimento de aulas de campo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da disciplina levará em conta, com critério geral, o grau de entendimento demonstrado pelos educandos acerca das relações entre a questão ambiental e a práxis turística. Contarão como critérios avaliativos, também: assiduidade e compromisso com as aulas; coerência textual; participação em debates e atividades didático-pedagógicas.

Para tanto, serão utilizados, como mecanismo de avaliação os seguintes procedimentos: realização das atividades em classe; desenvolvimento dos seminários temáticos e/ou oficinas pedagógicas; avaliação escrita a partir do conteúdo abordado em classe; e realização de um relatório resultante de uma aula de campo.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica

FAUSTO, B. **História do Brasil**, EDUSP, 2008

SKIDMORE, THOMAS. **Uma história do Brasil**, PAZ E TERRA, 1998.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 2014. 10.ed

Complementar

ALBANO, C. e MURTA, S.M. (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002.

FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (org). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003. 3.e

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Patrimônio Cultural e Manifestações da Cultura Popular

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 60h/a

EMENTA

Estudo de aspectos históricos e socioantropológicos de diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira na contemporaneidade, em especial, na região Nordeste e Norte do Brasil. Patrimônio cultural, memória e identidade e turismo. Políticas culturais de preservação, proteção e de conservação de bens culturais. Espetacularização e transformação do patrimônio cultural pela hospitalidade.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Conhecer e/ou reconhecer as manifestações culturais significativas para grupos sociais brasileiros, em especial, nordestinos e de políticas públicas e privadas de conservação e preservação desses bens culturais, assim como a compreensão a respeito da relação entre patrimônio cultural e hospitalidade.

Específicos

- Entender os significados dos termos cultura e patrimônio cultural e natural;
- Compreender os bens culturais como construções sociais e históricas;
- Reconhecer a diversidade cultural presente nas sociedades humanas;
- Conhecer e/ou reconhecer diferentes configurações culturais significativas para os nordestinos e seus usos pela atividade turística;
- Compreender a relação entre bens culturais, memória e identidade e turismo;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



1. O estudo de manifestações culturais
 - 1.1 Conceituação de cultura, patrimônio cultural.
 - 1.2 Processo de construção social e histórico de bens culturais
 - 1.3 Bens culturais imateriais e materiais
 - 1.4 Políticas de preservação, proteção e de conservação de bens culturais
 - 1.5 Registro e tombamento de bens culturais materiais e imateriais
 - 1.6 Bens culturais, memória e identidade
 - 1.7 Espetacularização e transformação do patrimônio cultural
 - 1.8 Conhecimento e/ou reconhecimento de bens culturais das regiões Nordeste e Norte do Brasil
2. Patrimônio cultural, turismo e as manifestações da cultura popular.
 - 2.1 Patrimônio cultural e museus
 - 2.2 Turismo cultural e educação patrimonial
 - 2.3 Bens culturais e atividade turística
 - 2.4 Festa, artesanato, alimentação e turismo
 - 2.5 Estudo de bens culturais da Paraíba pela hospitalidade

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso** São Paulo: Brasiliense, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
 FUNARI, Pedro Paulo A. e PINSKY, Jaime. (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. 3ª ed. revista e ampliada com novos textos. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Complementar

ALBANO, C. e MURTA, S.M. (org.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasília, 2002.

MARTINS, J.C.O. (org) **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas e Práticas do Guiamento Regional II

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

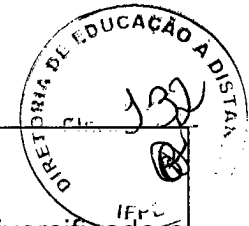
SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 60h (40h teórica + 20h prática)

EMENTA

Procedimentos de Segurança. Atividades práticas de guiamento regional. Atividades práticas de guiamento regional.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS



Geral

Qualificar os discentes para um conhecimento mais amplo e diversificado e exercício eficiente da profissão.

Específicos

- Reconhecer a importância do conhecimento dos procedimentos de segurança;
- Desenvolver atividades práticas para conhecimento do funcionamento da profissão;
- Auxiliar nas atividades práticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. Procedimentos de segurança
 - 1.1 Quais procedimentos de segurança.
 - 1.2 Como agir diante de um momento de tensão.
- 2. Atividade prática
 - 2.1 Planejamento de atividade prática;
 - 2.2 Execução de atividade prática.

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. São Paulo:

SENAC São Paulo, 2007.

DIAS, Célia M. Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas. Ed. Manole, São Paulo, 2002.

LAGE, B., MILONE, P. (Org.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. Competências mínimas do condutor. São Paulo, 2004.

PARAÍBA - Governo do Estado. Mapeamento cultural da Paraíba. Fundação Casa de José

Américo. João Pessoa: Grafset, 2001.

VIEIRA, Lorena Cláudia. A comunidade, a cultura e o turismo. Fortaleza: Premium, 2006. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALVARENGA, M. A. de F. P.; COUTO ROSA, M. V. de F. P. do. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

PLANO DE DISCIPLINA – CURSO CONCOMITANTE

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado

CURSO: Técnico em Guia de Turismo Regional Concomitante ao Ensino Médio

SEMESTRE/PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 120h/a

EMENTA

Estágio em instituições privadas, públicas ou do terceiro setor. Atividade individual orientada por um docente do curso com elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, referente às atividades desenvolvidas no estágio dentro do prazo estabelecido.

OBJETIVOS / COMPETÊNCIAS

Geral

Desenvolver habilidades e competências de conteúdo prático em complemento aos conteúdos teóricos do curso, permitindo ao aluno uma interação com seu universo de atuação profissional.

Específicos

- Compreender a relação entre teoria e prática do curso;
- Reconhecer a importância da vivência profissional;
- Auxiliar nas habilidades técnicas necessárias para o desenvolvimento da profissão de guia de turismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aplicação dos conhecimentos teóricos na prática profissional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Essa disciplina será desenvolvida baseada nos princípios de interação, autonomia e cooperação tendo como atividades básicas:

- leitura e interpretação do texto básico e nos links indicados;
- discussão em fórum e chats;
- participação em videoconferência;
- realização de atividades escritas e disponibilidade das mesmas no ambiente.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Será feita através de instrumentos como avaliações escritas, atividades online e através de relatórios de atividades práticas. Além disso, será realizada uma avaliação de recuperação da aprendizagem a cada final de semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para as aulas, serão utilizados os seguintes recursos:

- Quadro branco
- Pincel atômico
- Computador
- Data show
- Multimídia
- Material diverso impresso

Outros recursos que se mostrem necessários à realização do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas e pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

SCHLUTER, Regina. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Aleph, 2003.

LAGE, Beatriz Helena G., MILONE, Paulo César. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001. v. 2.

TRIGO, Luiz Gonzaga (Org). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001. v.1.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 16.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALVARENGA, M. A. de F. P.; COUTO ROSA, M. V. de F. P. do. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

12. REFERÊNCIAS

BARTOLOMEIS, F. Porquê avaliar? In **Avaliação pedagógica: Antologia de textos**. Setúbal. ESE de Setúbal, 1981, p.39.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, PROEJA, Documento Base. Brasília, 2007.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, 2012.

Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015**, do dia 21 julho de 2011.

Ministério da Educação. Ministério do Trabalho. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC** — Lei nº 12.513/2011.

Lei nº. 11.892/2008, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no D.O.U de 30.12.2008.

Decreto n. 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º-do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.07.2004.

Lei n. 9.356/97, de 11 de dezembro de 1997. Regulamenta o parágrafo



único do art. 49 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Publicado no D.O.U. de 12.12.1997.

. **Lei nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998. p. 19-48.

. **Lei nº. 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 de agosto de 1971.

. **Lei n. 6.202/75**, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 17.04.1975.

. **Decreto-Lei nº 1.044/69**, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Publicado no D.O.U. de 22.10.1969 e retificado no D.O.U. 11.11.1969.

. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de outubro de 1988 – Emenda constitucional de Revisão. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

. CNE/CEB. **Parecer nº 15/2008**, de 2 de junho de 1998. Regulamenta a base curricular nacional e a organização do Ensino Médio. In: MEC/SEMTEC. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio: bases legais. V.1. Brasília, 1999. p. 87- 184.

. **Parecer nº 16/1999**, de 26 de novembro de 1999. Regulamenta as bases curriculares nacionais e a organização da Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 07-46.

. **Parecer nº 39/2004**, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

. **Parecer nº 8**, de 9 de outubro de 2014. Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB n. 2/2014.

. **Parecer nº. 12/97** - Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Em complemento ao Parecer CEB nº 05/97). Aprovado em 8.10.97.

. **Parecer nº. 11/2012**, aprovado em 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

. **Resolução nº 6/2012** de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

. **Resolução nº 4/1999**, de 26 de novembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. In: MEC/SEMTEC. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000. p. 47-95.

. **Resolução nº 4/2012**, de 06 de junho de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (**Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, 3ª ed., 2016**).

. **Resolução nº 1**, de 05 de dezembro de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de

Cursos Técnicos de Nível Médio.

. **Resolução nº 1/2005**, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**, 2010. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/2325I> >. Acesso em: 10 out. 2014.

. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**, 2011. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/L2H> >. Acesso em: 10 out. 2014.

. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, **Censo Educacional**, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/o155>>. Acesso em: 10 out. 2014.

. **Decreto nº 5.296/2004**, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Publicado no D. O. U. de 03. 12. 2004.

. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, 2012.

. **Lei nº 11.741/2008**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Publicado no D. O. U. de 17/07/2008.

. Ministério da Educação. Matriz de Referência para o Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>>.

. CNE/CEB. **Portaria nº 3.284/2003**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Publicado no D. O. U. de 11.11.2003 p. 12, Seção 1.

. CNE/CEB. **Resolução nº. 3/2008**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Publicado no D. O. U. de 10/07/2008.

. CNE/CEB. PL nº 8.530/2010. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, 2011-2020.

. CNE/CEB. **Resolução nº 1/2014**, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Publicação no DOU n.º 237, de 08.12.2014, Seção 1, página 16/21.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IFPB. **Histórico IFPB**, disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acessado em 20 de maio de 2015.

_____, **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acessado em 11/05/2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2015 – 2019)**, 2015.

_____. **Regulamento Didático para os Cursos Técnicos Subsequentes (Resolução CS/IFPB n. 83, de 21 de outubro de 2011)**, 2011.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. **A Formação Continuada de Professores e suas relações com a prática docente**. 1999. 201p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.